



Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19)

Regiões de Saúde R29 e R30
(Decreto Estadual nº 55.240/2020)

Abril de 2021



**Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento
à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19)
- Regiões de Saúde 29 e 30 -**

Este documento constitui-se na revisão do Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19), considerando as alterações do Decreto Estadual nº 55.240/2020 introduzidas pelo Decreto Estadual nº 55.768/2021, bem como atual cenário de contágio. Para revisão, foram utilizados dados oficiais fornecidos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em especial, o documento faz referência à duas alterações de protocolos para bandeira PRETA, datadas de 20 de fevereiro de 2021 e 23 de abril de 2021, em Assembleia da Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, com a presença de 2/3 dos seus membros. O presente plano está dividido em 6 itens, além de 3 anexos:

Item 1 – Ata da Reunião Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT

Item 2 – Ata da Primeira Alteração do Plano Estruturado - Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT

Item 3 – Ata da Segunda Alteração do Plano Estruturado – Associação dos Municípios do Vale do Taquari - AMVAT

Item 4 – Protocolos de medidas segmentadas para as quatro Bandeiras Finais

Item 5 – Embasamento científico, justificativa técnicas e sociais

Item 6 – Listagem de municípios e respectivos sítios eletrônicos da região

Anexo I – Protocolo – Regras gerais

Anexo II – Protocolo específico – Bandeira vermelha com flexibilização

Anexo III – Declarações assinadas pelos prefeitos



1 - Ata da Reunião da Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT



ATA Nº 02/2021

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2021, às 10h, na forma prevista no artigo 7º, parágrafo único, inciso II da Lei Federal 14.030/2020, combinado com o artigo 5º da Lei Federal 14.010/2020, reuniram-se para Assembleia Geral Extraordinária por meio eletrônico os prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT) para deliberar sobre o posicionamento regional em relação à atribuição, pelo Governo do Estado, de bandeira preta para o Vale do Taquari (R29 e R30) no mapa preliminar do modelo de Distanciamento Controlado. Participaram da reunião, conduzida pelo presidente e prefeito de Santa Clara do Sul Paulo Kohlrausch, os prefeitos de Arroio do Meio, Anta Gorda, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Capitão, Coqueiro Baixo, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Muçum, Paverama, Poço das Antas, Progresso, Relvado, Roca Sales, Sério, Taquari, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália. Também participaram da reunião, como convidados, o diretor do Hospital Bruno Born, de Lajeado, e membro do Comitê Científico Regional, Cristiano Dickel, e o presidente da Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari, Ivandro Rosa, além de secretários e assessores das prefeituras. O presidente deu início à reunião colocando seu objetivo, que é definir sobre a bandeira preta, e que posicionamento a região vai tomar. Em seguida manifestou-se Cristiano Dickel, que falou sobre a nota atribuída à região, que a classificou como bandeira preta, e o aumento de casos e demanda nas UTIs dos hospitais da região. Ele disse que os números são preocupantes e se continuar desta forma pode haver um colapso no sistema de saúde. Ivandro Rosa, da CIC-VT, disse que a preocupação é muito grande, pois com a bandeira preta o comércio não poderá ficar aberto. “Nossa preocupação é muito grande, mas queremos defender a região. O importante é a responsabilidade coletiva”, ponderou. Houve diversas manifestações dos prefeitos que participaram da videoconferência, para os quais é preciso pensar na saúde das pessoas, endurecer medidas agora para no futuro não haver colapso no atendimento dos hospitais. Ressaltaram também a importância de que a região tome uma decisão coletiva. Adroaldo Conzatti, por exemplo, lembrou que outras regiões também estão em bandeira preta, e que se houver necessidade de UTIs para pacientes da região também não terá atendimento se no Vale não houver leitos. Mateus Trojan, de Muçum, observou que flexibilizar algumas áreas pode criar problemas, abrindo precedente que depois vai dificultar a fiscalização por parte dos municípios. Elmar Schneider, de Estrela, observou que o hospital está com todos os leitos da UTI ocupados. Disse que não gostaria que o comércio e indústria fechassem, pois defende o emprego e a economia. O mesmo posicionamento, de não limitar a atividade comercial, foi externado pelo prefeito de Paverama. O prefeito de Teutônia defendeu o ingresso de recurso agora, para flexibilizar a situação, pois não se sabe o



que virá depois, com os reflexos do período de Carnaval. Houve ainda várias manifestações dos participantes, e ao final foi definido que a região entrará com recurso à bandeira preta, para que volte à bandeira vermelha, entre outras ações. Decidiu-se pelo envio de manifestação da associação a todos os prefeitos, imprensa e entidades, por meio de uma Nota Oficial, que tem o seguinte teor: “Diante do anúncio do mapa preliminar do modelo de Distanciamento Controlado por parte do Governo do Estado, nesta sexta-feira (19.02), que atribui ao Vale do Taquari (R29 e R30) Bandeira Preta, a Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat) se reuniu de forma virtual na manhã deste sábado (20.02) para definir o posicionamento da entidade. A videoconferência também contou com a participação do presidente da Câmara de Indústria e Comércio do Vale do Taquari (CIC-VT) e do diretor do Hospital Bruno Born, de Lajeado. É consenso entre os participantes a importância do cuidado com a vida das pessoas, mas também é entendimento de todos de que a situação delicada da pandemia em nível regional não está atrelada à atuação dos setores econômicos nem das escolas. Acreditamos que a responsabilidade pela prevenção é individual e depende, principalmente, de comportamentos mais responsáveis pensando no bem coletivo, sobretudo adotando o distanciamento social, o uso de máscaras e de álcool gel. Diante disso, de forma conjunta, a Amvat tomou as seguintes decisões: 1. A Macrorregião dos Vales, por meio da Amvat, apresentará recurso ao Governo do Estado buscando o retorno à bandeira vermelha; 2. A Macrorregião dos Vales apresentará junto ao recurso ao Estado do Rio Grande do Sul a seguinte alteração APROVADA DE FORMA UNÂNIME PELOS PREFEITOS no PLANO ESTRUTURA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS – REGIÕES DE SAÚDE R29 e R30, para BANDEIRA PRETA: “Permanecem vigentes integralmente as respectivas regras do decreto estadual vigente para os setores de *Agropecuária, Educação, Indústria, Saúde e Assistência, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Utilidade Pública e Transporte*. Adota-se protocolo diferenciado para os setores de *Administração Pública, Alojamento e Alimentação, Comércio e Serviços*, conforme apresentado abaixo: - Administração Pública: adota-se as mesmas regras da bandeira vermelha; - Alojamento e Alimentação: i) mantém-se integralmente o teto de operação da bandeira vermelha; ii) os subtipos *Restaurante a la carte, prato feito e buffet sem autosserviço e Lanchonete e lancherias* terão modo de atendimento liberado atendimento presencial restrito das 7h às 23 h; - Comércio: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha; - Serviços: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha”. 3. A Amvat também solicitará aos governos Estadual e Federal maior agilidade na liberação de vacinas contra a Covid-19 e junto aos órgãos de segurança do Estado, maior apoio na fiscalização quanto ao cumprimento das medidas para evitar a disseminação do vírus. Os prefeitos reconhecem a gravidade da situação e o momento exige união e o cumprimento das determinações estabelecidas nos protocolos sanitários para evitar a disseminação ainda maior do



coronavírus e o conseqüente colapso no sistema de saúde. Por este motivo, solicitam a colaboração da sociedade como um todo no sentido de seguir adotando os hábitos de higiene, uso de máscara e evitar aglomerações. Vale do Taquari, 20 de fevereiro de 2021. Paulo Cezar Kohlrausch, Presidente da AMVAT.” Aprovadas as ações, o presidente Paulo Cezar Kohlrausch agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar Kohlrausch
Presidente da AMVAT

NOME	ASSINATURA	CARGO	MUNICÍPIO
Gilberto Brito	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	Tronco
Edson Rolando	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	Tronco
Marcos Antonio	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	NOVA ESPERANÇA
Adivaldo	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	LENÇÓIS
SANDRO HERRMANN	<i>[Handwritten Signature]</i>	PREFEITO	COLINAS
LAIRTON HAVSCHILD	<i>[Handwritten Signature]</i>	PREFEITO	CRUZEIRO DO SUL
Paulo binnewald	<i>[Handwritten Signature]</i>	PREFEITO	FORQUETINHA
AMILTON FONTANA	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	RIOES SALTAS
Osório	<i>[Handwritten Signature]</i>	PREFEITO	WESTFÁLIA
Manoel	<i>[Handwritten Signature]</i>	PREFEITO	PAVERAMA
MARCO ANTONIO	<i>[Handwritten Signature]</i>	Prefeito	LAJÃO



Item 2 – Ata da Primeira Alteração do Plano Estruturado - Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PLANO ESTRUTURA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EPÍDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS – REGIÕES DE SAÚDE R29 e R30:

Nos termos da Assembléia Geral Extraordinária realizada pela Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT) no dia 20 de fevereiro de 2021, com a aprovação dos municípios de Arroio do Meio, Anta Gorda, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Capitão, Coqueiro Baixo, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Muçum, Paverama, Poço das Antas, Progresso, Relvado, Roca Sales, Sérico, Taquari, Travesseiro, Vespasiano Corrêa Westfália e Santa Clara do Sul (mais de 2/3 dos Municípios das Regiões de Saúde R29 R30), fica ALTERADO o Plano Estrutural de Prevenção e Enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus – Regiões de Saúde R29 e R 30, nos termos que segue:

“(…)

Bandeira preta:

Permanecem vigentes integralmente as respectivas regras do decreto estadual vigente para os setores de **Agropecuária, Educação, Indústria, Saúde e Assistência, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Utilidade Pública e Transporte.**

Adota-se protocolo diferenciado para os setores de **Administração Pública, Alojamento e Alimentação, Comércio e Serviços**, conforme apresentado abaixo:

- Administração Pública: adota-se as mesmas regras da bandeira vermelha;
- Alojamento e Alimentação: i) mantém-se integralmente o teto de operação da bandeira vermelha; ii) os subtipos *Restaurante a la carte, prato feito e buffet sem autosserviço* e *Lanchonete e lancherias* terão modo de atendimento liberado atendimento presencial restrito das 7h às 23 h;
- Comércio: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha;
- Serviços: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha.”

Estrela/RS, 21 de fevereiro de 2021

PAULO CEZAR

KOHLRAUSCH:36494615015

Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT)

Paulo Cezar Kohlrausch - Presidente

Assinado de forma digital por PAULO CEZAR

KOHLRAUSCH:36494615015

Dados: 2021.02.21 08:50:06 -03'00'



Item 3 – Ata da Segunda Alteração do Plano Estruturado - Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT



ATA Nº 008/2021

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de abril de 2021, às 14h, realizou-se mais uma assembleia geral virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat), coordenada pelo presidente Paulo Cezar Kohlrausch. Participou como convidado o secretário nacional de Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke, que abordou as políticas na esfera federal para estas duas áreas. Presentes os prefeitos dos municípios de Santa Clara do Sul, Dois Lajeados, Canudos do Vale, Capitão, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Lajeado, Ilópolis, Teutônia, Sério, Arroio do Meio, Anta Gorda, Bom Retiro do Sul, Estrela, Boqueirão do Leão, Paverama, Putinga, Colinas, Coqueiro Baixo, Poço das Antas, São José do Herval, Fazenda Vilanova, Encantado, Travesseiro, Marques de Souza, Muçum, Progresso, São Valentim do Sul, Westfália, Taquari e Travesseiro. O presidente deu início à reunião saudando a todos e agradecendo a participação, colocando a palavra à disposição do Fernando Schwanke. Ele disse que é uma alegria, e uma satisfação participar da reunião da Amvat, desejando um excelente mandato a todos os prefeitos. Cumprimentou a todos, afirmando que os prefeitos fazem um papel magnífico no país, transmitindo um abraço da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Colocou que o setor do cooperativismo já movimenta quase 5% do PIB brasileiro. “É impressionante o renascimento deste setor, que passou por dificuldades a alguns anos atrás”, disse. Destacou o papel das cooperativas de crédito, fazendo uma competição com os grandes bancos. Estas cooperativas, nos últimos dois anos, segundo ele, ocuparam um espaço importante na consolidação do crédito rural. Observou que no Ministério da Agricultura não são somente recursos para máquinas e equipamentos. Disse que o ministério é estratégico para o desenvolvimento do país. “Temos, talvez, um dos maiores eventos para a agropecuária gaúcha, que deve acontecer em maio. Tornar o Rio Grande livre de aftosa sem vacinação, isto vai acontecer em maio e terá impacto muito grande, principalmente nas cooperativas que produzem frangos e suínos”, acrescentou, pedindo que prefeitos fiquem atentos aos planos de investimentos que vão acontecer para as agroindústrias e indústrias, pois a partir disto vão se abrir os mercados mais exigentes para o Brasil. O país, conforme Schwanke, não acessa os mercados dos Estados Unidos e Japão, que exigem que o território seja livre de aftosa sem vacinação. “Agora poderemos acessá-lo, isto vai gerar aumento de produção e novos investimentos das agroindústrias. A JBS já anunciou investimentos, é fruto disto”. O segundo tema abordado pelo secretário foi em relação às agroindústrias, que tem



muita força no Vale do Taquari, muitas com SIM, muitas que já conseguiram migrar para o SUASA e quando chega no nível do CISBE tem as portas do país abertas, principalmente com acesso a novos mercados. “Nossa superintendência em Porto alegre está disponível para auxiliar os municípios neste tema, a inspeção. Eu trabalho no tema da agropecuária há muitos anos. Sabemos a diferença de uma agroindústria que vende somente no município, de outras que podem acessar mercados de outras cidades. É uma diferença no desenvolvimento social e econômico do próprio município e da agroindústria. O retorno de ICMS se dá em cima do valor adicionado. Se tem neste setor um grande gerador de impostos”. Schwanke falou ainda sobre os consórcios públicos, lembrando que o CONSISA foi beneficiado com dois veículos, e que no ano passado o Ministério beneficiou 30 consórcios no país, para trabalharem de forma conjunta na inspeção. Conforme ele, o consórcio também é público, é a “grande” prefeitura da região. “O consórcio é uma ferramenta extremamente importante, que pode ser muito bem utilizada pelos municípios. O Vale tem um consórcio muito organizado. Nesta época de restrição de recursos que vivemos, é importante ferramenta”, disse. O secretário citou ainda os departamentos da secretaria, que comandam as execuções do Ministério da Agricultura. Uma delas a Secretaria Nacional da Agricultura Familiar, que tem quatro departamentos que atuam nesta área: política de crédito, como o Pronaf, que também possibilita aquisição de casas para os agricultores familiares. Pra mim é muito importante este tipo de ação. Quero deixar aberto este canal, muitas coisas que estão acontecendo, que passem para nós. O primeiro pilar de desenvolvimento da secretaria é crédito, valor que não é pouco, são muitos investimentos aos agricultores, agroindústrias, cooperativas. O segundo pilar da secretaria é o da Assistência Técnica. De acordo com o secretário, os recursos dos governos estão diminuindo todos os anos e estão trabalhando para encontrar uma fonte de recursos permanente. Declarou que o orçamento do Ministério é muito baixo para trabalharmos em termos de Brasil e que grande parte dos agricultores do país não tem assistência técnica. No sul chega a 48% e no Nordeste, somente 7%. “Para os que estão fora da inserção das cadeias entra o trabalho da Emater e dos municípios. E aí eu queria citar o programa do Crédito Fundiário, que atende famílias mais pobres, que queiram comprar terras e não tem acesso a financiamento. Reconfiguramos ele, tem um fundo de quase R\$ 1 bilhão, e abrimos a possibilidade de os municípios conveniarem com o Ministério, fazendo um acordo de cooperação técnica, o município pode operar o programa de crédito



funditário. A prefeitura pode fazer o projeto, encaminhar ao governo federal. Não depende mais de Emater ou sindicatos, que vão continuar fazendo também. Nosso objetivo aqui é operar o que pode ser feito pelas prefeituras. Nós queremos trabalhar com as prefeituras, com os consórcios, com os Estados”, frisou. Schwanke citou ainda o terceiro pilar da secretaria, o da comercialização. “ Temos como nossa grande ferramenta o cooperativismo. Dentro disto temos as políticas governamentais de compra: Programa Nacional da Alimentação Escolar – oportunidade dos municípios fortalecerem a economia local; PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que está sofrendo alterações, é operado pelo Ministério da Cidadania- ano passado foram colocados R\$ 500 milhões no programa, e este ano o grande objetivo é trabalhar com os municípios. Estamos agora organizando as compras “institucionais” (por órgãos do governo), que são cerca de R\$ 4 bilhões por ano, ou mais de R\$ 1 bilhão da agricultura familiar do Brasil. Já em relação a máquinas, citou que 95% dos recursos estão carimbados para emendas parlamentares. “Temos poucos recursos livres no orçamento. As emendas dominam este tema no Ministério da Agricultura”, revelou. Na continuidade houve manifestações dos prefeitos. O presidente colocou que os municípios estão com problemas na área de assistência técnica, que a maior parte dos produtores está com as cooperativas, mas quem não está, fica com a Emater, que tem reduzido número de profissionais. Edmilson Bustto, de Bom Retiro do Sul, citou a importância da reunião, trazendo aos prefeitos o contato direto com a secretaria. Agradeceu a participação do secretário. Álvaro Giacobbo falou sobre projeto da Casa do Mel. Disse que faltam recursos para a construção da Casa do Mel, ao que o secretário observou que existe a possibilidade de obter recurso, mas que ainda não tem o quanto terá de recursos para este tipo de investimento. “Tem que ver o orçamento e encaminhar projeto, mas dá para dizer que está dentro da linha da secretaria”, falou. Não havendo mais questionamentos, o presidente agradeceu participação do secretário. “Nosso papel aqui na Amvat é estabelecer uma relação mais direta com o governo estadual e federal”, enfatizou. Encerrada esta etapa, o presidente comentou a questão do retorno às aulas. O governador, agora, sinalizou que a Cogestão vai permitir o retorno às aulas da Educação infantil, 1ª e 2ª séries, tornando-se desnecessário o ingresso na Justiça, que chegou a ser analisado pela associação. Porém, segundo ele, a Cogestão da Região Saúde 29/30 não tem autorização para a área da Educação. O advogado da Amvat, Juliano Heisler, a pedido do presidente, explicou que o governador deixou claro Cogestão com retorno às aulas,



inclusive em bandeira preta. Mas na região, segundo ele, na assembleia de 20 de fevereiro passado, foi determinado que algumas áreas estariam fora da Cogestão, como é o caso da Educação. A sugestão foi incluir nesta assembleia a Educação dentro da Cogestão, encaminhando a ata e documentos ao Governo do Estado, atualizando os protocolos, sendo possível a adoção dos protocolos da bandeira vermelha mesmo em bandeira preta. “Para fazer isto, tem que ter aprovação dos senhores prefeitos, com dois terços (2/3), e precisamos novamente de um termo de compromisso assinado por todos os prefeitos. Resumidamente, que a educação esteja incluída neste plano de Cogestão”. Feita esta explicação, o presidente colocou em votação a proposta de incluir na Cogestão regional a Educação, adotando critérios da bandeira vermelha no caso de bandeira preta. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida houve manifestações sobre o retorno às aulas, com diversas considerações a respeito, como a melhor data para retorno, o que será feito de acordo com a estrutura e condições do município. Por fim, o presidente comunicou que para a próxima assembleia, dia 30, haverá participação do Secretário Edson Brum, que vai expor as linhas de crédito do Estado, e também será tratado sobre turismo, com o presidente da Amturvaes, para ver de que maneira a entidade está se posicionando e de que forma Amvat e Amturvaes podem atuar de forma conjunta. Antes do encerramento ocorreu manifestação do prefeito de Encantado, sobre o momento de grande repercussão que a região vive, em decorrência da construção do Cristo protetor, na sua cidade. Segundo ele, é o momento de todos os municípios se unirem, para que o Vale tenha estrutura para atrair os turistas. Para o presidente Paulo Kohlrausch, uma questão a ser observada é ver como estimular os empreendedores para aderirem a todo este movimento, como rede de hotéis, pousadas, restaurantes. Aproveitou para pedir que todos os municípios divulguem em suas redes sociais o vídeo institucional do Vale do taquari, mantendo esta divulgação que a região está tendo a partir do Cristo Protetor de Encantado. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar
Kohlrausch

Assinado de forma digital
por Paulo Cezar Kohlrausch
Dados: 2021.04.23 17:26:55
-03'00'

Paulo Cezar Kohlrausch,
Presidente a AMVAT

Item 4 – Protocolos de medidas segmentadas para as quatro Bandeiras Finais (atualizados)

Bandeira amarela:

Permanecem vigentes integralmente as respectivas regras do decreto estadual vigente.

- Bandeira laranja:

Permanecem vigentes integralmente as respectivas regras do decreto estadual vigente.

- Bandeira vermelha*:

Permanecem vigentes as respectivas regras do decreto estadual vigente para os setores de **Agropecuária, Educação, Indústria, Saúde e Assistência, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Utilidade Pública e Transporte.**

Adota-se protocolo diferenciado para os setores de **Administração Pública, Alojamento e Alimentação, Comércio e Serviços**, conforme apresentado abaixo e detalhado no Anexo II do presente plano.

- Administração Pública: adota-se integralmente regras da bandeira laranja;
- Alojamento e Alimentação: i) mantém-se integralmente teto de operação da bandeira vermelha; ii) os subtipos *Restaurantes a la carte, prato feito e buffet sem autosserviço* e *Lanchonetes e lancherias* terão modo de atendimento liberando atendimento presencial restrito das 7h às 23h;
- Comércio: adota-se integralmente regras da bandeira laranja;
- Serviço: adota-se integralmente regras da bandeira laranja.

O detalhamento das regras a serem observadas no protocolo diferenciado, quando aplicado, encontram-se detalhadas no Anexo II do presente plano.

Bandeira preta:

Permanecem vigentes integralmente as respectivas regras do decreto estadual vigente para os setores de **Agropecuária, Indústria, Saúde e Assistência, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Utilidade Pública e Transporte.**

Adota-se protocolo diferenciado para os setores de **Administração Pública, Alojamento e Alimentação, Comércio, Educação e Serviços**, conforme apresentado abaixo:

- Administração Pública: adota-se as mesmas regras da bandeira vermelha;
- Alojamento e Alimentação: i) mantém-se integralmente o teto de operação da bandeira vermelha; ii) os subtipos *Restaurante a la carte, prato feito e buffet*



sem autosserviço e Lanchonete e lancherias terão modo de atendimento liberado atendimento presencial restrito das 07h às 23h.

- Comércio: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha;
- **Educação: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha;**
- Serviços: adota-se integralmente regras da bandeira vermelha.”

Protocolo geral obrigatório

A adoção dos protocolos setoriais acima descritos deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da adoção do protocolo geral (anexo I do presente plano). Esse protocolo geral observa a integralidade das Portarias estabelecidas pela Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, cada município poderá adotar protocolos adicionais específicos mais restritivos, desde que o protocolo geral seja observado nessas medidas.



Item 5 – Embasamento científico e justificativa técnicas

Os municípios integrantes das Regiões 29 e 30, aqui representados pela Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), tem plena ciência das suas responsabilidades, seja no que se refere aos aspectos de saúde pública, seja no que se refere aos aspectos econômicos e sociais. Com base nisso, a elaboração do presente Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) busca o equilíbrio necessário entre o atual estágio da evolução da doença na região e fatores econômicos e sociais relacionados.

Convém destacar que este equilíbrio pode-se comprovar na prática, em especial pelo fato de a Associação propor a flexibilização apenas em caso de bandeira vermelha, mantendo integralmente demais protocolos e restrições nas bandeiras amarela, laranja e preta. Além disso, mesmo na flexibilização proposta, a mesma limita-se a apenas 5 dos 11 setores.

Desta forma, e atuando de maneira proativa, a região busca aprovação antecipada do seu Plano mesmo que no momento encontre-se em bandeira laranja no modelo de Distanciamento Controlado do Estado. Tal solicitação visa dar maior previsibilidade às atividades econômicas caso, nas próximas leituras, a região mude de bandeira. Registre-se que, conforme recomendado, a avaliação de eventual flexibilização se dará pela comissão técnica levando em consideração os dados e o cenário daquele momento, sendo que caberá também a cada município avaliar a adoção de medidas mais restritivas se assim entender necessário.

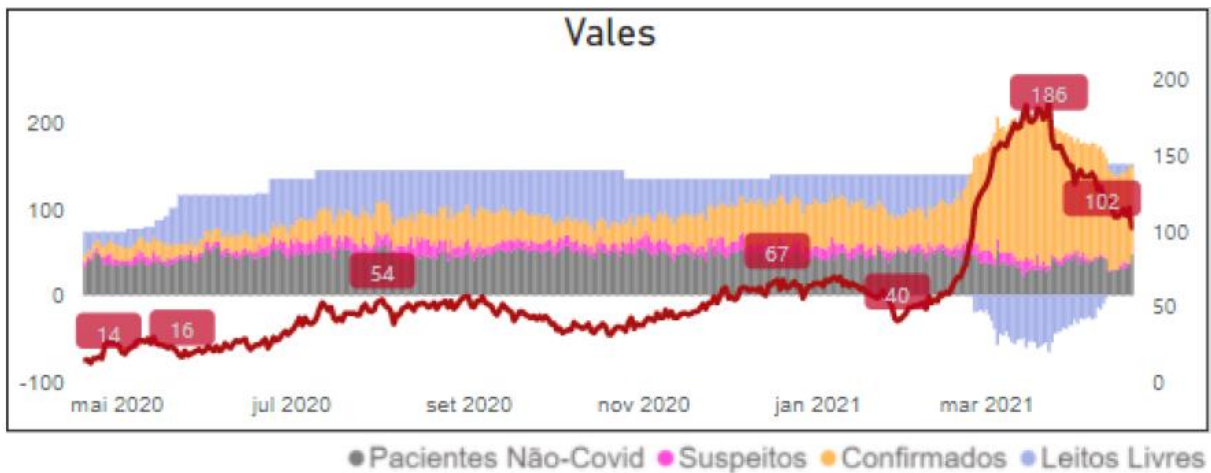
5.1 - Histórico e justificativa

No início do Modelo de Distanciamento Controlado do Estado do Rio Grande do Sul, a Região COVID do Vale do Taquari (R29 e R30) apresentou estabilidade nos dados desde a adoção do sistema de bandeiras. Tal situação pode ser comprovada pelo fato de a região ter permanecido poucas semanas com classificação como bandeira vermelha no exercício de 2020.

Após o pico do aumento de casos registrados especialmente nos meses de fevereiro e março de 2021, a Região dos Vales demonstrou uma importante reação no combate ao coronavírus, com a adoção de políticas severas de fiscalização, coibindo práticas vedadas pelo modelo de Distanciamento Controlado do Estado do Rio Grande do Sul.

São indicativos fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde, atualizados até o dia 22 de abril de 2021, que demonstram a efetividade das medidas de fiscalização adotadas pelos Municípios da Região dos Vales:

5.1.1 – Perfil de Ocupação dos Leitos de UTI – Macrorregião dos Vales



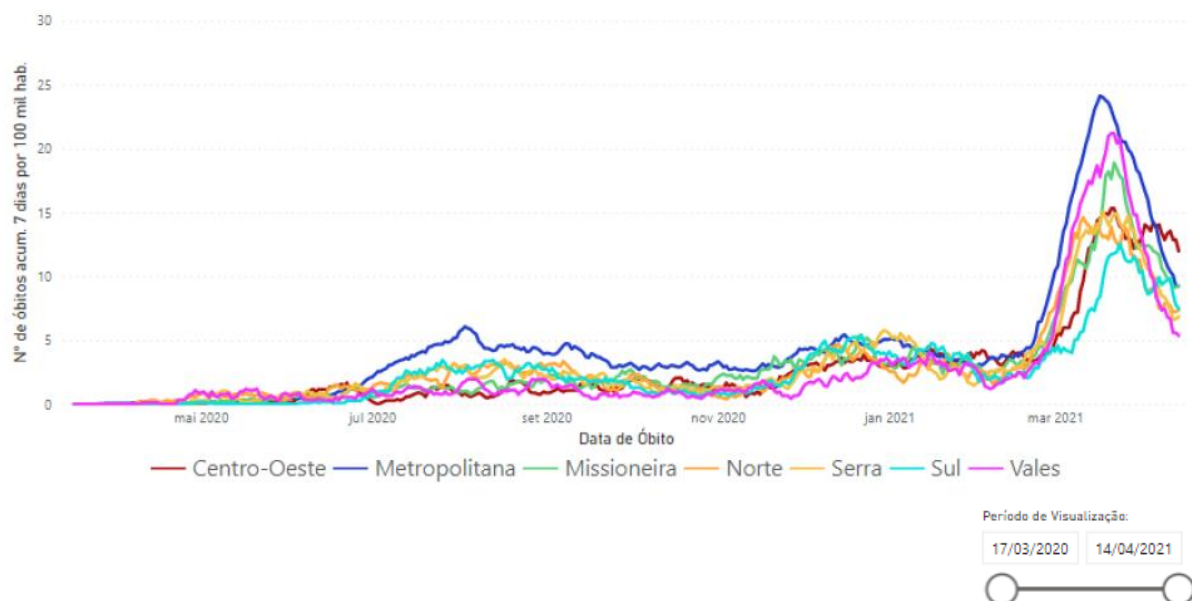
rs.gov.br

Fonte: Secretaria Estadual da Saúde (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Deve ser considerado, na no perfil de ocupação de leitos de UTI COVID da Macrorregião dos Vales, que houve uma alteração de destinação de leitos pela não ocupação no mês de abril de 2021. Isto significa que a estrutura hospital foi novamente adequada a redução de ocupação de leitos, para atendimento de procedimentos eletivos (por exemplo). Contudo, havendo necessidade de novamente direcionar estes leitos para ocupação por casos confirmados ou suspeitos de COVID, há possibilidade de nova adequação.

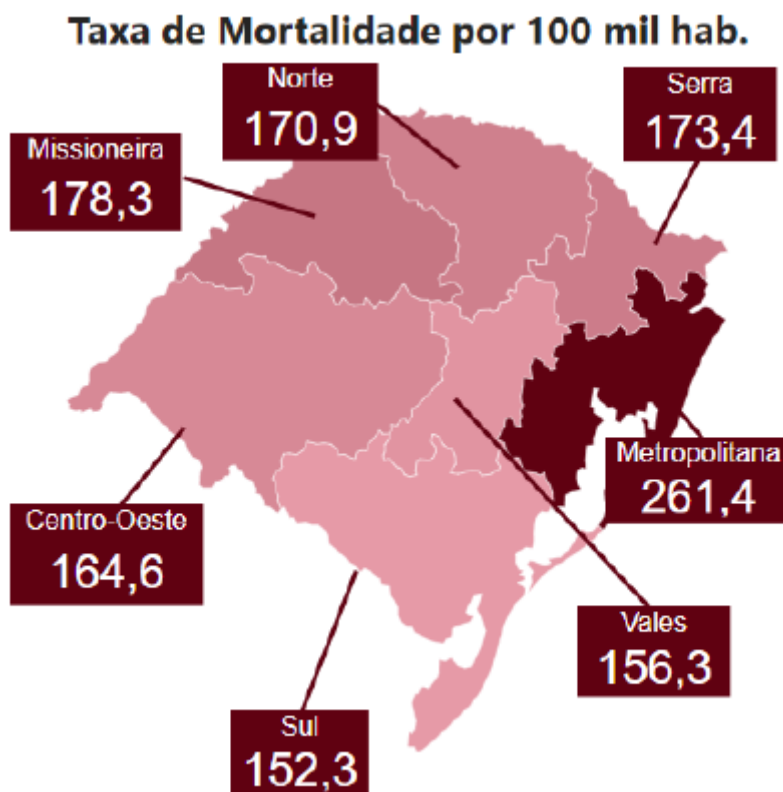
Esta informação demonstra a capacidade de novamente atender à demanda para internações COVID em leitos de UTI.

5.1.2 – Número de Óbitos acumulados em 7 dias por 100 mil habitantes



No gráfico, também é possível visualizar a queda no número de óbitos na Região dos Vales. O mesmo indicador demonstra uma taxa de mortalidade muito abaixo da média do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando novamente a capacidade de atendimento e integração de ações com os Municípios que compõe a macrorregião, em conformidade com o gráfico abaixo:

5.1.3 – Número de Óbitos acumulados em 7 dias por 100 mil habitantes



Além disto, deve ser destacado que além do respeito aos protocolos do Modelo de Distanciamento Controlado do Estado do Rio Grande do Sul, as Secretarias Municipais de Saúde realizam trabalho excepcional para garantir o avanço da vacinação da população, influenciando também na recente queda no número de contágio.

Neste contexto, a proposta de alteração apresentada pela AMVAT para cogestão em bandeira preta (adoção de protocolos de bandeira vermelha) leva em consideração não apenas o aspecto social/econômico envolvido, mas a efetiva melhora dos indicadores na Macrorregião dos Vales.

Por fim, a Comissão Técnica, bem como os municípios individualmente, ficam responsáveis pela revisão imediata de qualquer medida aqui aprovada que não se mostre adequada e/ou gere efeitos negativos.



5.2 - Composição da Comissão Técnica

- Dr. Cláudio Klein, médico pneumologista, secretário da Saúde de Lajeado (responsável técnico da Comissão)
- Cristiano Dickel, diretor do Hospital Bruno Born
- Juliana Demarchi, Vigilância Epidemiológica de Lajeado
- Carmen Hentschke, Vigilância Sanitária de Estrela
- Dr. Paulo Führ, indicado pelo município de Encantado

5.3 - Indicadores a serem observados pela Comissão Técnica na análise

A Comissão Técnica levará em consideração na sua análise, além dos 11 indicadores específicos já previstos no Modelo de Distanciamento Controlado do Estado, em especial os regionais, os seguintes pontos:

- Evolução dos atendimentos nas unidades de saúde, UPA e hospitais;
- Evolução dos casos ativos;
- Grau de testagem na região e seu reflexo nos dados gerais;
- Evolução da ocupação hospitalar na região e na macrorregião;
- Tempo médio de permanência na UTI, bem como fluxo previsto para os próximos dias.

5.4 - Relatório de Diagnóstico

Em caso de adoção da flexibilização aqui proposta, a Comissão Técnica acompanhará a efetiva aplicação das medidas, mediante consulta técnica elaborada pela AMVAT.

Dr. Claudio André Klein
Médico Pneumologista
CRM13460
Secretário de Saúde de Lajeado
Responsável Técnico da Comissão

